vezes, no valor de R\$ 8.088,62(oito mil, oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos) cada parcela, com pagamento realizado por meio de débito automático em conta de titularidade da autora junto ao banco réu. Alegação autoral de já ter efetuado o pagamento de 65 (sessenta e cinco) parcelas, restando um saldo devedor de R\$ 88.245,10 (oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais e dez centavos), tendo sido surpreendida com notificação de que o imóvel seria levado a leilão e que o saldo devedor seria de R\$ 235.298,21 (duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e um centavos). Decisão agravada que concedeu tutela antecipada de urgência para determinar a suspensão imediata do leilão, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por hora, limitada ao patamar de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Parte autora que demonstra interesse na quitação e manutenção do contrato, tendo depositado o valor que entende devido, qual seja, R\$ 118.425,77 (cento e dezoito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta e sete centavos). Presença dos requisitos autorizadores da concessão da tutela. Manutenção da determinação de suspensão do leilão enquanto pendente a controvérsia quanto ao valor devido. Enunciado de nº 59 da súmula de jurisprudência desta Corte Estadual. DESPROVIMENTO DO RECURSO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

014. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0055882-15.2018.8.19.0000 Assunto: Ebulho / Turbação / Ameaça / Posse / Coisas / DIREITO CIVIL Origem: RIO DAS OSTRAS 1 VARA Ação: 0010026-18.2018.8.19.0068 Protocolo: 3204/2018.00571657 - AGTE: CLIGED MACAÉ CLINICA DE ENDOSCOPIA LTDA AGTE: ELAÍSA HELENA MOREIRA DE OLIVEIRA ADVOGADO: ESTEPHESON GLADER SOARES DE MOURA OAB/RJ-150977 ADVOGADO: VANESSA COSTA MACHADO COUTINHO ABELHA OAB/RJ-164668 AGDO: LUIZ HERALDO ROCHA PORTUGAL **Relator: DES. JOSE ACIR LESSA GIORDANI** Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DECISÃO DE INDEFERIMENTO DA LIMINAR AO FUNDAMENTO DE QUE A MATÉRIA EXIGE DILAÇÃO PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DAS AUTORAS. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS APTOS A COMPROVAR O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 561 DO CPC/2015. INDEFERIMENTO DE LIMINAR QUE DEVE SER MANTIDO, MAS, AO ASSIM DECIDIR, DEVE O JUÍZO DESIGNAR AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO (CPC/15, ART. 562). PRECEDENTES. DESPROVIMENTO DO AGRAVO E DETERMINAÇÃO, DE OFÍCIO, DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA, CONFORME ART. 562 DO NCPC/2015. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR, E, DE OFÍCIO, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA.

015. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0042919-72.2018.8.19.0000 Assunto: Indenização Por Dano Material - Outros / Indenização por Dano Material / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 11 VARA CIVEL Ação: 0161339-33.2018.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00439064 - AGTE: LUCIA DE FATIMA CERQUEIRA RODRIGUES ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 AGDO: PAULO EMILIO GRANADEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR **Relator: DES. JOSE ACIR LESSA GIORDANI** Funciona: Defensoria Pública Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INDEFERIMENTO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA REQUERIDA PELA AUTORA. AGRAVANTE IDOSA QUE POSSUI RENDA MENSAL INFERIOR A DEZ SALÁRIOS MÍNIMOS. APLICABILIDADE DO DISPOSTO NO ARTIGO 17, X, DA LEI ESTADUAL Nº 3.350/99, QUE ASSEGURA A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE CUSTAS AOS MAIORES DE SESSENTA ANOS QUE RECEBAM ATÉ DEZ SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESUNÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA QUE MILITA EM FAVOR DO IDOSO. IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM AS CUSTAS JUDICIAIS, SEM PREJUÍZO DO SEU SUSTENTO E DE SUA FAMÍLIA. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE SE IMPÕE. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

016. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0030930-69.2018.8.19.0000 Assunto: Execução Contratual / Contratos Administrativos / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 4 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0018908-35.2002.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00320506 - AGTE: RENATA FONSECA DE ARAÚJO ADVOGADO: LEVI VIANNA DA SILVA OAB/RJ-143176 AGDO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO PREVI RIO PROC.MUNIC.: BEATRIZ VARANDA AGDO: ESPOLIO DE PAULO GALLEGGO SOARES AGDO: IRACI DOS SANTOS GALLEGGO SOARES ADVOGADO: ARNALDO ARAUJO SANTOS OAB/RJ-042551 **Relator: DES. JOSE ACIR LESSA GIORDANI** Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FACEBOOK. Decisão que indeferiu o pedido a dedução dos débitos condominiais sobre o preço da arrematação de imóvel alienado em leilão judicial.Prevenção da 17ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça em razão do julgamento do recurso de apelação interposto no processo nº 0050768-20.2003.8.19.0001 e agravo de instrumento nº 0032611-74.2018.8.19.0000. Ações conexas. Prevenção recursal expressamente prevista no artigo 930, parágrafo único, do Novo Código de Processo Civil. Artigo 33, parágrafo 1º, incisos II e III do CODJERJ, nesta parte não revogado pela Lei Estadual nº 6.956/2015 - LODJ. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DECLINOU-SE DA COMPETÊNCIA PARA A DÉCIMA SETIMA CÂMARA CÍVEL DESTA E. TRIBUNAL, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

017. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0056131-63.2018.8.19.0000 Assunto: Ebulho / Turbação / Ameaça / Posse / Coisas / DIREITO CIVIL Origem: MARICÁ 1 VARA Ação: 0009996-94.2018.8.19.0031 Protocolo: 3204/2018.00574429 - AGTE: MAURÍCIO BARROSO MAGNO ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 AGDO: LÚCIO VERÍSSIMO FELIPE FERREIRA ADVOGADO: ELINE D'AVILA DOVAL MARTINS OAB/RJ-142243 **Relator: DES. JOSE ACIR LESSA GIORDANI** Funciona: Defensoria Pública Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER. Indeferimento da tutela de urgência requerida pela parte autora, consistente no fechamento das aberturas para iluminação no segundo pavimento do imóvel do réu. Decisão agravada no sentido de não ser possível, apenas por meio da visualização das fotografias acostadas na inicial, afirmar que as aberturas para iluminação feitas no imóvel do réu estejam em desacordo com a legislação regente sobre o tema. Necessidade de dilação probatória.Manutenção da decisão vergastada. Enunciado de nº 59 da súmula de jurisprudência desta Corte Estadual. DESPROVIMENTO DO RECURSO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

018. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0029812-58.2018.8.19.0000 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CONCEICAO DE MACABU VARA UNICA Ação: 0000441-92.2018.8.19.0018 Protocolo: 3204/2018.00307529 - AGTE: MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU ADVOGADO: THÁIS STEFANO NEVES OAB/RJ-208373 AGDO: ARIELA SOUZA MOTTA ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/DP-000001 AGDO: ESTAD DO RIO DE JANEIRO **Relator: DES. JOSE ACIR LESSA GIORDANI** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. AUTORA DIAGNOSTICADA COM TRANSTORNO DO HUMOR BIPOLAR TIPO 2, EPISÓDIO ATUAL MISTO COM PREDOMINÂNCIA DE SINTOMAS DEPRESSIVOS E TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE DO TIPO COMBINADO E TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADO, NECESSITANDO DOS SEGUINTE MEDICAMENTOS, POR PRAZO INDETERMINADO: ZOLPIDEN 10MG,